

DEMONSTRAÇÕES

FINANCEIRAS

2022

Demonstrações Financeiras

Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

SUMARIO



01

Relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras



05

Balanço patrimonial



07

Demonstrações dos resultados



08

Demonstrações dos resultados abrangentes



09

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido



10

Demonstrações dos fluxos de caixa



12

Notas explicativas

Este documento foi assinado digitalmente por Christiano Vieira Da Silva, Luiz Carlos Ciochi, Alexandre Nunes Zucarato, Elisa Bastos Silva, Marcelo Prais, William Manoel Souza e Marcio Kennedy De Almeida. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portalassinaturas.ons.org.br> e utilize o código C5EC-2AFA-6073-1B0D.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores do
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 16 de março de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 09 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Marcelo Felipe L. de Sá
Contador CRC-1RJ094644/O

Balanco patrimonial

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	34.661	37.795
Recursos de encargos de uso do sistema de transmissão	6	68.016	70.029
(-) Provisão para perdas esperada de créditos de liquidação duvidosa	6	(1.652)	(4.096)
Contribuição dos membros associados	7	600	86
Impostos e contribuições a recuperar	8	17.981	22.324
Almoxarifado operacional		168	200
Adiantamento de férias e 13º salário	16	2.154	2.419
Instrumentos financeiros derivativos		-	478
Despesas antecipadas	25	21.622	16.164
Adiantamentos a fornecedores	11.2	1.038	1.038
Outros créditos		730	682
Total do ativo circulante		145.318	147.119
Não circulante			
Tributos diferidos	9	33.467	32.701
Impostos e contribuições a recuperar	8	178	170
Instrumentos financeiros derivativos		-	1.386
Despesas antecipadas	25	24.256	14.051
Depósitos judiciais e cauções		4.255	5.665
Imobilizado	10	468.488	454.323
Intangível	12	74.403	65.646
Adiantamentos a fornecedores	11.2	8.090	9.128
Total do ativo não circulante		613.137	583.070
Total do ativo		758.455	730.189

Este documento foi assinado digitalmente por Christiano Vieira Da Silva, Luiz Carlos Ciochi, Alexandre Nunes Zucarato, Elisa Bastos Silva, Marcelo Prais, William Manoel Souza e Marcio Kennedy De Almeida. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portalassinaturas.ons.org.br> e utilize o código C5EC-2AFA-6073-1B0D.

Balanco patrimonial

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		24.735	32.402
Salários e encargos sociais	13	19.927	17.876
Obrigações trabalhistas	16	72.108	64.455
Tributos e contribuições sociais	14	11.246	11.887
Instrumentos financeiros derivativos	25.1	173	-
Arrendamentos	11	26.276	22.063
Caução em garantia		422	460
Previdência privada complementar	15	2.380	2.156
Outras obrigações		244	270
Total do passivo circulante		157.511	151.569
Não circulante			
Instrumentos financeiros derivativos	25.1	136	-
Arrendamentos	11	394.353	368.812
Cauções em garantia		-	422
Tributos diferidos		-	634
Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	17	39.395	40.200
Total do passivo não circulante		433.884	410.068
Patrimônio líquido			
Fundo de reserva		167.264	167.322
Ajuste de avaliação patrimonial		(204)	1.230
Total do patrimônio líquido		167.060	168.552
Total do passivo e do patrimônio líquido		758.455	730.189

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	18	638.894	595.293
Despesas de operação do sistema	19	(611.318)	(553.637)
Outras receitas		699	1.504
Resultado operacional		28.275	43.160
Resultado financeiro	20	(20.353)	(18.069)
Superávit antes do imposto de renda e contribuição social		7.922	25.091
Imposto de renda e contribuição social corrente	21	(8.641)	(12.764)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	661	4.019
Superávit (déficit) do exercício		(58)	16.346

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes

	31/12/2022	31/12/2021
Superávit (déficit) do exercício	(58)	16.346
Hedge de fluxo de caixa	(309)	1.864
Efeitos tributários	-	(634)
Total de outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes, líquidos dos tributos	(309)	1.230
Outros resultados abrangentes do exercício	(367)	17.576

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Fundo de reserva	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	150.976	-	150.976
Superávit do exercício	16.346	-	16.346
Instrumentos financeiros derivativos - hedge de fluxo de caixa	-	1.230	1.230
Saldos em 31 de dezembro de 2021	167.322	1.230	168.552
Déficit do exercício	(58)	-	(58)
Instrumentos financeiros derivativos - hedge de fluxo de caixa	-	(204)	(204)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	167.264	1.026	168.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Superávit (déficit) do exercício	(58)	16.346
Ajustes por:		
Constituição de IR e CS diferidos, líquida	(661)	(4.019)
Depreciação e amortização	57.919	50.550
Juros sobre arrendamentos	25.297	21.141
Constituição e atualização das provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	1.324	2.996
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação	513	147
Ganho na baixa/alienação de ativo imobilizado e intangível	-	(320)
	<u>84.334</u>	<u>86.841</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Recursos de encargos de uso do sistema de transmissão	(948)	(9.775)
Contribuição dos membros associados	(510)	28
Impostos e contribuições a recuperar	4.335	(2.405)
Adiantamento de férias e 13º Salário	265	(463)
Almoxarifado operacional	32	(34)
Despesas antecipadas	(15.663)	(7.527)
Depósitos judiciais e cauções	1.410	(381)
Adiantamento a fornecedores	1.038	1.038
Outros créditos	(48)	(19)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(7.667)	14.951
Salários e encargos sociais	2.051	4.225
Tributos e contribuições sociais	(641)	2.200
Obrigações trabalhistas	7.877	7.538
Cauções em garantia	(460)	(460)
Pagamentos da provisão para riscos trabalhistas	(2.129)	(453)
Outras obrigações	(27)	167
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>73.249</u>	<u>95.471</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recurso proveniente de alienação de ativos imobilizados	36	309
Aquisições de ativo imobilizado	(9.735)	(16.375)
Aquisições de ativo intangível	(19.686)	(24.562)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	<u>(29.385)</u>	<u>(40.628)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos dos arrendamentos	(46.998)	(38.956)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	<u>(46.998)</u>	<u>(38.956)</u>
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(3.134)</u>	<u>15.887</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	37.795	21.908
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	34.661	37.795
Transações que não afetaram o caixa		
CPC 06 (R2) – Direito de uso do ativo	52.505	88.648
CPC 06 (R2) – Passivo de arrendamento	(52.505)	(88.648)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

- 1 Contexto operacional
- 2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras
- 3 Principais políticas contábeis
- 4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas
- 5 Caixa e equivalente de caixa
- 6 Recursos de encargos de uso do sistema de transmissão
- 7 Contribuição dos membros associados
- 8 Impostos e contribuições sociais a recuperar
- 9 Tributos diferidos
- 10 Imobilizado
- 11 Ativos e passivos de arrendamento
- 12 Intangível
- 13 Salários e encargos sociais
- 14 Tributos e contribuições sociais
- 15 Plano de previdência complementar
- 16 Obrigações trabalhistas
- 17 Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios
- 18 Receita líquida
- 19 Despesas de operação do sistema
- 20 Resultado financeiro
- 21 Imposto de renda e contribuição social
- 22 Seguros
- 23 Remuneração dos administradores
- 24 Despesas antecipadas
- 25 Instrumentos financeiros

1. Contexto operacional

O Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS ("ONS" ou "Entidade"), com sede no Setor de Indústrias e Abastecimento - Área de Serviços Públicos - Lote A, Brasília - DF e Escritório Central à Rua Júlio do Carmo, 251 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ, é uma pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de associação civil, sem fins lucrativos, instituída pela Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, autorizado a executar suas atividades por meio do Decreto nº 5.081, de 14 de maio de 2004, sendo regido pelas disposições legais e regulamentares, estatuto social e demais atos normativos expedidos pelos órgãos de administração.

Nos termos do estatuto social, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em 12 de agosto de 2004, por meio da Resolução Autorizativa nº 328, alterada pela Resolução nº 1.888, de 22 de abril de 2009 e Resolução nº 8.652, de 10 de março de 2021, o ONS, com prazo de duração indeterminado, tem por objeto executar as atividades de coordenação e controle da operação, da geração e da transmissão de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional ("SIN"), sob a fiscalização e regulação da ANEEL, com vistas a:

- ▶ Promover a otimização da operação do sistema eletroenergético, visando o menor custo para o sistema, observados os padrões técnicos e os critérios de confiabilidade estabelecidos nos Procedimentos de Rede aprovados pela ANEEL.
- ▶ Garantir que todos os agentes do setor elétrico tenham acesso à rede de transmissão de forma não discriminatória.
- ▶ Contribuir, de acordo com a natureza de suas atividades, para que a expansão do SIN se faça ao menor custo e vise às melhores condições operacionais futuras.

São atribuições do ONS:

- ▶ Planejamento e programação da operação e o despacho centralizado da geração, com vistas à otimização do SIN.
- ▶ Supervisão e coordenação dos centros de operação de sistemas elétricos, supervisão e controle da operação do SIN e das interligações internacionais.
- ▶ Contratação e administração de serviços de transmissão de energia elétrica e as respectivas condições de acesso, bem como dos serviços ancilares.
- ▶ Proposição ao Poder Concedente das ampliações de instalações da rede básica, bem como de reforços do SIN, a serem considerados no planejamento da expansão do sistema de transmissão.
- ▶ Proposição de regras para a operação das instalações da transmissão da Rede Básica do SIN, mediante processo público e transparente, consolidadas em Procedimentos de Rede a serem aprovadas pela ANEEL, observado o disposto no art. 4º, § 3º, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996.
- ▶ Divulgação dos indicadores de desempenho dos despachos realizados a serem auditados semestralmente pela ANEEL.
- ▶ Divulgação permanente ao Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE sobre as condições operativas de continuidade e de suprimento eletroenergético do SIN.
- ▶ Outras que lhe forem atribuídas pelo Poder Concedente.
- ▶ A previsão de carga e planejamento da operação dos Sistema Isolados.
- ▶ A proposição de regras para a previsão de carga e para o planejamento da operação dos Sistemas Isolados, consolidadas em procedimentos operacionais, a serem aprovadas pela ANEEL em regulação específica.

1. Contexto operacional--Continuação

O patrimônio do ONS é constituído pelos Centros de Operação próprios e respectivos sistemas associados, assim como, pelo conjunto de seus bens e equipamentos instalados nas localidades de Brasília, Rio de Janeiro, Florianópolis e Recife.

O ONS é constituído por membros associados e membros participantes. Os membros associados estão representados pelos agentes de geração com usinas despachadas de forma centralizada, agentes de transmissão, agentes importadores e exportadores com ativos de transmissão conectados à rede básica, agentes de distribuição integrantes do SIN e consumidores que tenham exercido a opção prevista nos artigos 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e que estejam conectados à rede básica.

Os membros participantes do ONS são: os Conselhos de Consumidores e os agentes de geração com usinas não despachadas centralizadamente e os de distribuição detentores de concessão, permissão ou autorização para distribuir energia elétrica em montantes inferiores a 500 GWh/ano, integrantes do SIN.

Nos termos do artigo 34 do estatuto social, são fontes de recursos do ONS:

- (I) Contribuições de seus membros associados, proporcional ao número de votos na Assembleia Geral, incluídas na Parcela "A" para fins de repasse tarifário e recolhidas por outros associados e agentes do setor elétrico que não estão sujeitos a repasse tarifário.
- (II) Recursos decorrentes do orçamento elaborado pelo ONS e aprovado pela ANEEL:
 - (a) Repassados pelos associados e agentes do setor elétrico conectados à rede básica, cujos valores são incluídos na Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST e na Parcela "A" das Tarifas do Serviço de Energia Elétrica.
 - (b) Recolhidos por outros associados e agentes do setor elétrico que não estão sujeitos a repasse tarifário.
 - (c) Outras receitas autorizadas pela ANEEL.
 - (d) Receitas provenientes da emissão de documentos e prestação de serviços aos agentes do setor elétrico.
 - (e) Receitas provenientes de convênios firmados com entidades sem fins lucrativos.
- (III) Outras fontes que venham ser autorizadas pela ANEEL.

O ONS está constituído sob a forma de associação civil de direito privado e sem fins lucrativos, porém, está sujeito a tributação de impostos federais e municipais.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de instrumentos financeiros derivativos e benefícios a empregados tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem (i) imposto de renda e contribuição social diferidos; (ii) provisão para perdas esperada de créditos de liquidação duvidosa, (iii) provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios; e (iv) instrumentos financeiros. O ONS revisa suas estimativas e premissas anualmente.

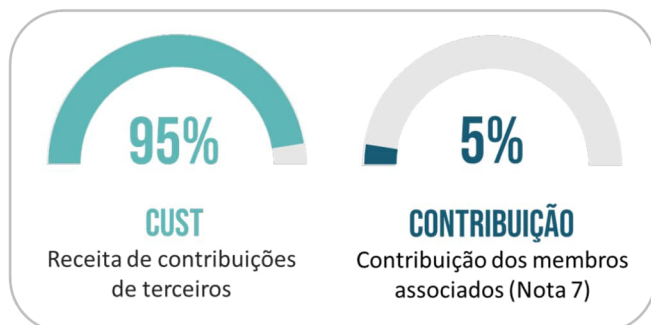
Adicionalmente, o ONS considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis intermediárias. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Diretoria do ONS autorizou em 01 de março de 2023, a emissão dessas demonstrações financeiras para aprovação e emissão de parecer em 09 de março de 2023 pelo Conselho Fiscal, posterior exame pelo Conselho de Administração, divulgação e deliberação em Assembleia Geral Ordinária.

3. Principais políticas contábeis

3.1 Reconhecimento de receita

A receita oriunda dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão, conforme condições previstas nos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (“CUST”), é aprovada pela ANEEL, com base no orçamento trianual do ONS, em montante suficiente para cobertura dos dispêndios a serem



realizados no ciclo orçamentário seguinte, sendo a cobrança aos associados e agentes do setor elétrico modulada mensalmente de acordo com a necessidade de recursos para a cobertura dos dispêndios e reconhecida no resultado do exercício pelos valores efetivamente faturados.

A receita da contribuição dos membros associados (“Contribuição”), é aprovada na Assembleia Geral, na proporção do número de

votos de cada agente.

Receita de juros

A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto.

3.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais.

A Entidade classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

Custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. Esses ativos são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

Custo amortizado--Continuação

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação. Esses passivos, após o reconhecimento inicial, e sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas dos passivos financeiros são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Encontram-se nesta categoria as contas bancárias, os recursos de encargos de uso do sistema de transmissão, os valores a receber com consumidores, contribuição dos membros associados, fornecedores e obrigações por arrendamento.

Valor justo por meio do resultado

São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Nesta categoria encontram-se as aplicações financeiras em certificados de depósito bancário (CDB).

Valor justo por meio do resultado de outros resultados abrangentes

Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item/objeto que está sendo protegido por *hedge*. O ONS adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa).

O valor justo do instrumento financeiro derivativo usado para fins de hedge, assim como as movimentações nos valores de hedge classificados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido, está divulgado na Nota 27.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.3 Instrumentos financeiros--Continuação

(a) Hedge de fluxo de caixa

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos".

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado.

Se a transação objeto de hedge subsequentemente resultar no reconhecimento de um item não financeiro, o montante acumulado no patrimônio líquido é retirado do componente separado do patrimônio líquido e incluído no custo inicial ou em outro valor contábil do ativo ou passivo protegido. Isso também se aplica quando a transação prevista protegida por hedge de um ativo não financeiro ou passivo não financeiro torna-se subsequentemente um compromisso firme para o qual é aplicada a contabilização de hedge de valor justo.

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito acima.

Efetividade do hedge

A efetividade do *hedge* é determinada no surgimento da relação de *hedge* e por meio de avaliações periódicas prospectivas de efetividade para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*.

O ONS contrata derivativos em moeda estrangeira (NDFs) com termos críticos que são similares ao item protegido, como taxa de referência, datas de redefinição, datas de pagamento, vencimentos e valor de referência. Como houve correspondência de todos os termos essenciais durante o ano, a relação econômica foi 100% eficaz.

Para avaliação subsequente de efetividade da contabilidade de hedge, o ONS efetua análise qualitativa para garantir a manutenção da relação econômica entre o instrumento e o objeto de hedge.

(b) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos financeiros derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos". Em 31 de dezembro de 2022, o ONS não possui derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O ONS considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.



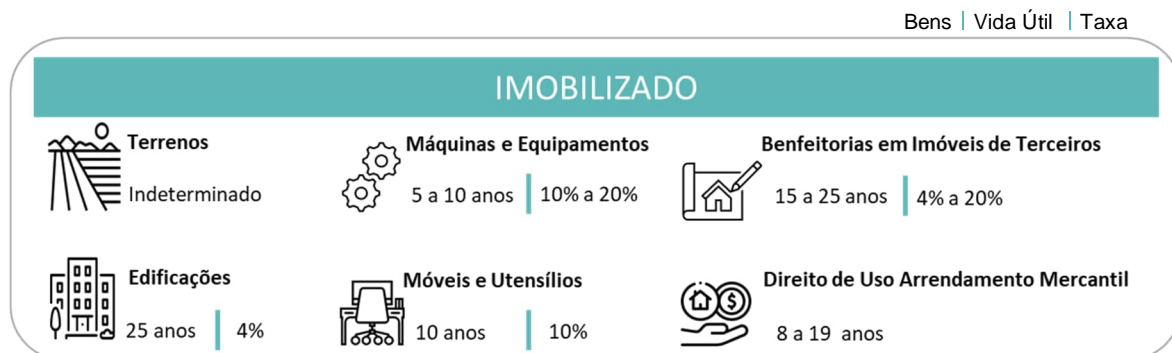
3.4 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

Os gastos incorridos com reparos e manutenção são contabilizados somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridas.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, como segue:



Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho e perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação ou amortização são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.5 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável. A vida útil de um ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

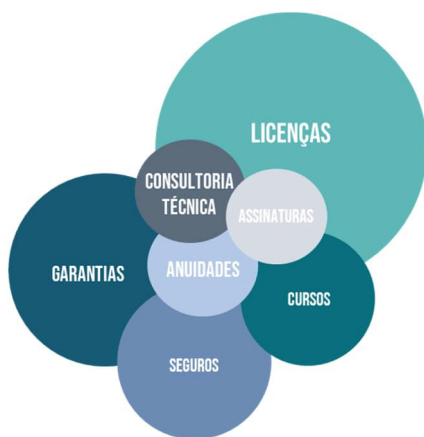
Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Os ativos intangíveis do ONS com vida útil definida estão representados por softwares e projetos em curso que serão utilizados na gestão da organização e na execução das atividades de coordenação e controle da operação de geração e da transmissão de energia elétrica do SIN. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o ONS não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.6 Despesas antecipadas

Em despesas antecipada, os itens de maior representatividade são aqueles associados a renovação de licenças de software. As contratações associadas a renovação de direito de uso de softwares têm diversas e diferentes práticas comerciais, bem como uma variedade de nomenclaturas praticadas.



Os custos com a renovação de licença de uso são registrados em despesas antecipadas.

As renovações de licença são apresentadas ao custo, menos amortização acumulada e eventuais perdas de valor recuperável, quando aplicável. O período e o método de amortização para essas renovações, acompanham os prazos contratuais de aquisição. A amortização é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa e consistente com a utilização da licença.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.7 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Não foram identificados indicativos de perda de ativos não financeiros nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

3.8 Tributos

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social ("CSLL"). O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e anterior são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.8 Tributos--Continuação

Tributos sobre as receitas

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS")	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	7,60%
Impostos sobre serviços ("ISS")	5,00%

Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado.

3.9 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando o ONS possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas, ambientais e regulatórios

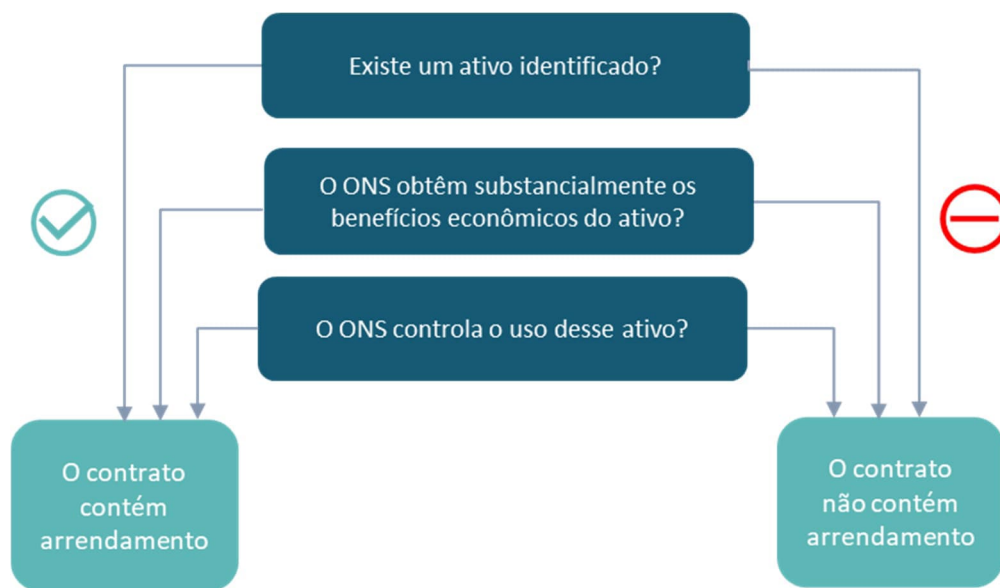
O ONS é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. No ONS as contingências são classificadas da seguinte forma:

	Multas ANEEL <ul style="list-style-type: none"> • Multas • Glosas/Devoluções 		Trabalhista <ul style="list-style-type: none"> • Ex-empregados • Terceiros • Inquérito/Fiscalização
	Fiscal <ul style="list-style-type: none"> • Tributário • Previdenciário 		Cíveis <ul style="list-style-type: none"> • Indenizatórias • Cobrança dos Agentes (EUST) • Ambientais
	Regulatório <ul style="list-style-type: none"> • Agentes • PV – PIU – PIS - MUST 		

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.10 Arrendamento

O ONS avalia se um contrato é ou contém um arrendamento baseado na definição de arrendamento. De acordo com o CPC 06 (R2), um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação, conforme o fluxograma a seguir:



O ONS reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de empréstimo incremental do ONS. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o ONS não contratou nenhum novo contrato de arrendamento.

Este documento foi assinado digitalmente por Christiano Vieira Da Silva, Luiz Carlos Ciochi, Alexandre Nunes Zucarato, Elisa Bastos Silva, Marcelo Praes, William Manoel Souza e Marcio Kennedy De Almeida. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portalassinaturas.ons.org.br> e utilize o código C5EC-2AFA-6073-1B0D.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.11 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

As normas apresentadas a seguir foram revidadas e passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 e, portanto, estão sendo adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados.

a) Alterações ao CPC 37 (R1), CPC48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1).

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:

- Contrato oneroso - custos de cumprimento de contrato;
- Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e
- Referências à estrutura conceitual.

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras do ONS. A Entidade pretende adotar as mudanças para períodos futuros, caso se tornem aplicáveis.

3.12 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do ONS, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. A Entidade pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

CPC 50 - Contratos de seguro: Uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica ao ONS.

CPC 23: Definição de estimativas contábeis: As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. A Entidade avaliará o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

CPC 26 (R1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante: As alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do ONS.

CPC 26 (R1) e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis: As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. A Entidade está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras do ONS requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

(a) Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O ONS usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. O ONS utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo dos instrumentos financeiros derivativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ativos estes não negociados em mercados ativos.

(b) Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

O ONS reconhece provisão para causas tributárias, trabalhistas, cíveis e regulatórias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(c) Provisão para perdas esperadas de contas a receber

O ONS registra as perdas esperadas de contas a receber, considerando a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e expectativas de perdas futuras.

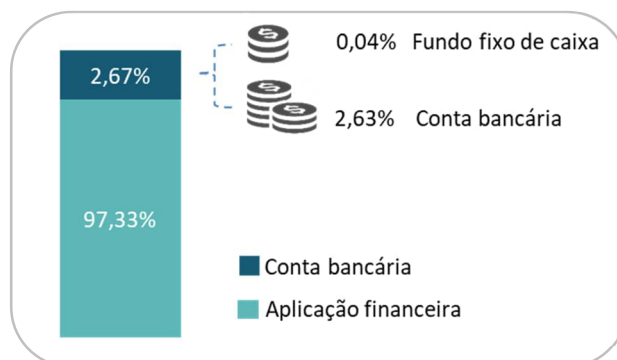
(d) Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos

A Entidade não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que o ONS teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional). A Entidade estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Entidade.

5. Caixa e equivalentes de caixa

O ONS gera disponibilidades estabelecendo um montante de caixa mínimo estratégico, baseado no ciclo operacional, assegurando que haja caixa suficiente para atender às necessidades.

As aplicações financeiras do ONS referem-se a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários e operações compromissadas, com conversibilidade imediata e liquidez diária, sendo remunerados com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário, com conversibilidade imediata e isenção de IOF, portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício.



As aplicações financeiras do ONS referem-se a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários e operações compromissada, com conversibilidade imediata e liquidez diária, sendo remunerados com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário, com conversibilidade imediata e isenção de IOF, portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício.

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e operações compromissadas podem ser resgatados a qualquer momento, e são mantidos em sua totalidade em bancos de primeira linha.

Composição de caixa e equivalente	Remuneração	2022	2021
	(% do CDI)		
Contas bancárias		924	1.253
Aplicações financeiras			
Certificados de Depósitos Bancários			
Banco Santander Brasil S.A.	103,1	27.459	-
Banco Santander Brasil S.A.	102	-	32.238
Banco Bradesco	10	12	3
Compromissadas			
Banco Santander Brasil S.A.	75	6.266	4.301
		<u>33.737</u>	<u>36.542</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa		34.661	37.795

6. Recursos de encargos de uso do sistema de transmissão

As contribuições de terceiros oriundas dos encargos de uso do sistema de transmissão são cobradas dos agentes de geração, distribuição, importadores, exportadores e dos consumidores livres, conforme condições previstas nos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão ("CUST"), que têm por objeto a prestação pelo ONS dos serviços de coordenação e controle da operação dos sistemas eletroenergéticos interligados, das interligações internacionais e de administração dos serviços de transmissão prestados pelas concessionárias de transmissão, observados os procedimentos e os padrões estabelecidos nos procedimentos de rede, na legislação e na regulação vigente e a administração da cobrança e da

liquidação dos encargos estabelecidos no CUST e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.

Aging List	2022	2021
A vencer	65.645	65.540
Vencido		
de 1 a 30 dias	326	176
de 31 a 60 dias	138	43
de 61 a 90 dias	75	72
de 91 a 120 dias	74	53
de 121 a 180 dias	106	49
acima de 180 dias	1.652	4.096
	<u>2.371</u>	<u>4.489</u>
Total Geral	68.016	70.029

O valor de R\$68.016 (R\$70.029 em 2021), apresentado no ativo circulante, líquido de impostos e contribuições retidos na fonte, corresponde aos valores a vencer e vencidos. Os valores a vencer, no montante de R\$65.645 (R\$65.540 em 2021), possuem expectativa de liquidação em quatro parcelas, com vencimentos em 05, 15, 25 e 35 dias.

O ONS monitora suas contas a receber em atraso, sendo o saldo da provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2022 composto por valores em atraso há mais de 180 dias.

A movimentação da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa está representada na tabela a seguir:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	(4.096)	(3.975)
Baixa de Clientes Incobráveis	2.957	-
Complemento de provisão no exercício	(597)	(185)
Reversão de provisão no exercício	84	64
Saldo no final	(1.652)	(4.096)

7. Contribuição dos membros associados

A contribuição dos membros associados é aprovada anualmente pela Assembleia Geral Ordinária ("AGO" do ONS, mediante rateio com base no número de votos de cada associado a ser aplicado em cada ciclo orçamentário.

Desta forma, o limite total das receitas de contribuições a serem cobradas em cada período e os valores correspondentes aos exercícios estão demonstrados na tabela a seguir:

2021					
Data da AGO	Período	Valor total aprovado	Faturamento janeiro a junho	Faturamento julho a dezembro	Total
22 de agosto de 2019	Jan/2021 a Dez/2021	5.574	2.787	2.787	5.574
22 de abril de 2021	Jan/2021 a Dez/2021	26.005	13.003	13.002	26.005
Total do exercício findo em 31 de dezembro de 2021			15.790	15.789	31.579

2022					
Data da AGO	Período	Valor total aprovado	Faturamento janeiro a junho	Faturamento julho a dezembro	Total
27 de abril de 2022	Jan/2022 a Dez/2022	28.619	14.310	14.309	28.619
Total do exercício findo em 31 de dezembro de 2022			14.310	14.309	28.619

O saldo da provisão para perdas esperada de créditos de liquidação duvidosa em 2022 é de R\$22 (R\$26 em 2021).

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo a receber de contribuição dos membros associados era de R\$600 (R\$86 em 2021).

8. Impostos e contribuições a recuperar

O ONS está sujeito à tributação e a retenção na fonte de determinados tributos. Os saldos correspondentes aos créditos tributários, são, principalmente, associados à saldos negativos de IRPJ e CSLL e retenções na fonte de PIS e COFINS e serão objeto de futura compensação com impostos e contribuições a recolher. Esses tributos serão compensados nos próximos 12 meses.

	2022	2021
Circulante		
Imposto de renda (IRPJ)	6.733	10.045
Contribuição social sobre lucro líquido (CSLL)	5.489	6.321
Programa de integração social (PIS)	1.009	1.051
Contribuição social para financiamento da seguridade social (COFINS)	4.691	4.848
ISS	49	49
INSS	10	10
	17.981	22.324
Não Circulante		
INSS a Recuperar	178	170
	178	170

9. Tributos diferidos

De acordo com os componentes que constituem o imposto de renda e a contribuição social diferidos no ativo, os quais se referem exclusivamente às diferenças temporárias, do saldo constituído em 31 de dezembro de 2022, o Programa de Participação nos Resultados possui expectativa de realização no exercício subsequente. O saldo remanescente de outras diferenças temporárias deverá ser realizado até 30 de novembro de 2027.

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos no ativo estão apresentados a seguir:

	2022	2021
Imposto de renda diferido		
Provisão para contingências trabalhistas	1.032	1.394
Provisão para contingências fiscais	3.502	3.819
Provisão para contingências regulatórias	1.487	1.385
Provisão para contingências cíveis	52	2
Provisão para contingências ambientais	-	46
Provisão para perdas esperada dos créditos a receber	419	1.030
Programa de participação resultados	7.608	6.657
Créditos do regime tributário de transição	1.364	3.072
Cauções em garantia - Banco Santander Brasil S.A.	105	220
Arrendamentos	8.457	5.596
Instrumentos financeiros derivativos	78	-
Outras provisões	504	824
	24.608	24.045
Contribuição social diferida		
Provisão para contingências trabalhistas	372	502
Provisão para contingências fiscais	1.261	1.375
Provisão para contingências regulatórias	535	498
Provisão para contingências cíveis	19	1
Provisão para contingências ambientais	-	16
Provisão para perdas esperada dos créditos a receber	151	371
Programa de participação resultados	2.739	2.396
Créditos do regime tributário de transição	491	1.106
Cauções em garantia - Banco Santander Brasil S.A.	38	79
Arrendamentos	3.045	2.015
Instrumentos financeiros derivativos	28	-
Outras provisões	180	297
	8.859	8.656
Imposto de renda e contribuição social diferidos	33.467	32.701

10. Imobilizado

Itens	Taxa anual de depreciação	2022		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço				
Terreno		3.829	-	3.829
Edificações	4%	16.782	(6.717)	10.065
Máquinas e equipamentos	10% a 20%	118.702	(87.967)	30.735
Móveis e utensílios	10%	8.888	(8.154)	734
Benfeitorias imóveis terceiros	4% a 20%	35.432	(19.632)	15.800
Ativo de direito de uso (arrendamentos)		487.008	(100.929)	386.079
		670.641	(223.399)	447.242
Em curso				
Edificações		65	-	65
Máquinas e equipamentos		18.861	-	18.861
Móveis e utensílios		497	-	497
Benfeitorias imóveis terceiros		1.823	-	1.823
		21.246	-	21.246
		691.887	(223.399)	468.488

Itens	Taxa anual de depreciação	2021		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço				
Terreno		3.829	-	3.829
Edificações	4%	16.783	(6.045)	10.738
Máquinas e equipamentos	10% a 20%	109.336	(79.817)	29.519
Móveis e utensílios	10%	9.192	(8.042)	1.150
Benfeitorias Imóveis terceiros	4% a 20%	35.432	(18.024)	17.408
Ativo de direito de uso (arrendamentos)		435.552	(67.739)	367.813
		610.124	(179.667)	430.457
Em curso				
Edificações		65	-	65
Máquinas e equipamentos		23.339	-	23.339
Móveis e utensílios		409	-	409
Benfeitorias imóveis terceiros		53	-	53
Compras em andamento		-	-	-
		23.866	-	23.866
		633.990	(179.667)	454.323

10. Imobilizado--Continuação

A movimentação do ativo imobilizado pode ser demonstrada da seguinte forma:

	2021	Adições	Baixas	Transferências	Transferências do intangível para o imobilizado	2022
Em serviço						
Custo						
Operação	116.663	-	(2.308)	10.084	788	125.227
Ativo direito de uso de imóveis	435.554	52.505	(1.050)	-	-	487.009
Administração	57.907	-	(1.727)	2.145	80	58.405
	610.124	52.505	(5.085)	12.229	868	670.641
Depreciação						
Operação	(67.688)	(12.888)	2.288	-	-	(78.288)
Ativo direito de uso de imóveis	(67.730)	(33.189)	(10)	-	-	(100.929)
Administração	(44.249)	(1.654)	1.721	-	-	(44.182)
	(179.667)	(47.731)	3.999	-	-	(223.399)
Em curso						
Operação	22.578	6.113	-	(9.473)	(126)	19.092
Administração	1.288	3.622	-	(2.756)	-	2.154
	23.866	9.735	-	(12.229)	(126)	21.246
	454.323	14.509	(1.086)	-	742	468.488

	2020	Adições	Baixas	Transferências	Reclassificações	2021
Em serviço						
Custo						
Operação	114.015	-	(7.203)	9.851	-	116.663
Ativo direito uso imóveis	346.535	89.019	-	-	-	435.554
Administração	60.385	-	(4.137)	1.659	-	57.907
	520.935	89.019	(11.340)	11.510	-	610.124
Depreciação						
Operação	(64.236)	(10.632)	7.180	-	-	(67.688)
Ativo direito uso imóveis	(41.680)	(26.060)	10	-	-	(67.730)
Administração	(45.829)	(2.553)	4.133	-	-	(44.249)
	(151.745)	(39.245)	11.323	-	-	(179.667)
Em curso						
Operação	18.797	13.655	-	(9.851)	(23)	22.578
Administração	204	2.720	-	(1.659)	23	1.288
	19.001	16.375	-	(11.510)	-	23.866
	388.191	66.149	(17)	-	-	454.323

O ONS possui instalação própria localizada em Brasília, onde se encontram o Centro de Operação Norte/Centro-Oeste (COSR-NCO) e o Centro Nacional de Operação do Sistema (CNOS).

As aquisições de imobilizado em curso no exercício de 2022 geraram créditos de PIS e COFINS no montante de R\$284 (R\$302 em 2021), e foram classificados na rubrica "Impostos e contribuições sociais compensáveis", no ativo circulante.

Este documento foi assinado digitalmente por Christiano Vieira Da Silva, Luiz Carlos Ciochi, Alexandre Nunes Zugarato, Elisa Bastos Silva, Marcelo Prais, William Manoel Souza e Marcio Kennedy De Almeida. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portalassinaturas.ons.org.br> e utilize o código C5EC-2AFA-6073-1B0D.

11. Ativos e passivos de arrendamento

11.1 Arrendamento

Em 31 de dezembro de 2022, o ONS possui contratos classificados como de arrendamento para os Contratos de Locação Atípica ("CLA") referentes as instalações do Rio de Janeiro, Recife e Florianópolis.

O ONS reconhece os créditos de PIS e COFINS mensalmente por meio dos pagamentos em contrapartida à depreciação e a despesa financeira de juros do resultado.

Em 2022, o ONS não identificou nenhum contrato adicional a ser enquadrado nos requisitos do CPC 06 (R2). Abaixo, apresentamos os ativos ao direito de uso dos imóveis e as correspondentes obrigações:

a) Composição do ativo de direito de uso e obrigações com arrendamentos:

	2022	2021
Ativo de direito de uso		
Direito de uso de imóveis (Nota 10)	481.512	429.007
Desmobilização arrendamento mercantil	5.496	6.545
Depreciação acumulada	(100.929)	(67.739)
Saldos líquidos no final do exercício	386.079	367.813
Obrigações com arrendamentos		
Arrendamentos a pagar	617.594	585.865
Juros de arrendamento	(196.965)	(194.990)
	420.629	390.875
Parcela do circulante	26.276	22.063
Parcela do não circulante	394.353	368.812
	420.629	390.875

b) Movimentação do ativo de direito de uso e das obrigações com arrendamentos:

	Ativo (*)	Passivo	Despesa
Saldo em 31 de dezembro de 2021	367.813	(390.875)	-
Remensurações	52.505	(52.505)	-
Depreciação	(33.189)	-	33.189
Baixas	(1.050)	-	1.050
Pagamentos do principal	-	23.126	-
Pagamentos dos juros	-	23.872	-
Juros	-	(24.247)	24.247
Saldo em 31 de dezembro de 2022	386.079	(420.629)	58.486

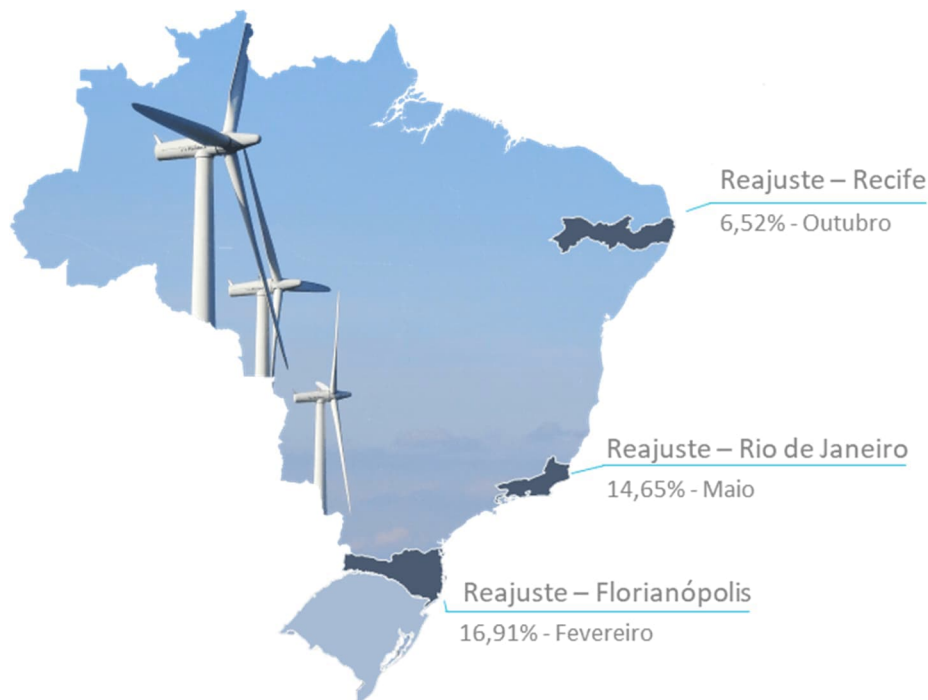
(*) Conforme apresentado na Nota 10

Os créditos de PIS/COFINS sobre a operação de arrendamento correspondem ao valor de R\$2.884 em 2022 (2.411 em 2021).

11. Ativos e passivos de arrendamento--Continuação

11.1 Arrendamento--Continuação

Os reajustes contratuais referentes ao ano de 2022 foram aplicados de acordo com índices oficiais e resultaram em um aumento do passivo de arrendamento e contrapartida ao ativo de direito de uso no montante de R\$52.505.



11.2 Contratos de Locação Atípica (CLA) - Adiantamento a fornecedores

Desde 1998, ano de sua constituição, o ONS utilizava as instalações de empresas subsidiárias da Eletrobras, através de contratos de locação, nas localidades do Rio de Janeiro, Recife e Florianópolis para alocação de suas instalações regionais, principalmente seus centros de operação.

Considerando a necessidade da expansão do ONS de forma permanente e estruturada, foram desenvolvidos estudos que apontaram para a consecução de um projeto para implementação de novas instalações no Rio de Janeiro, Recife e Florianópolis.

Para viabilizar a construção de instalações a serem utilizadas pelo ONS, em atendimento às suas necessidades prediais, foi adotada a modalidade de contratação de locação atípica de bem imóvel - *built to suit*, que consiste na locação sob encomenda, onde o locatário apresenta ao locador todas as características do imóvel a ser locado, tais como: localização, tamanho, tipo de construção, entre outras exigências.

Em consonância com essa decisão, foram assinados contratos de locação atípica ("CLA") e, posteriormente, aditivos com empreendedores diferentes para a construção das instalações do Rio de Janeiro, Recife e Florianópolis.

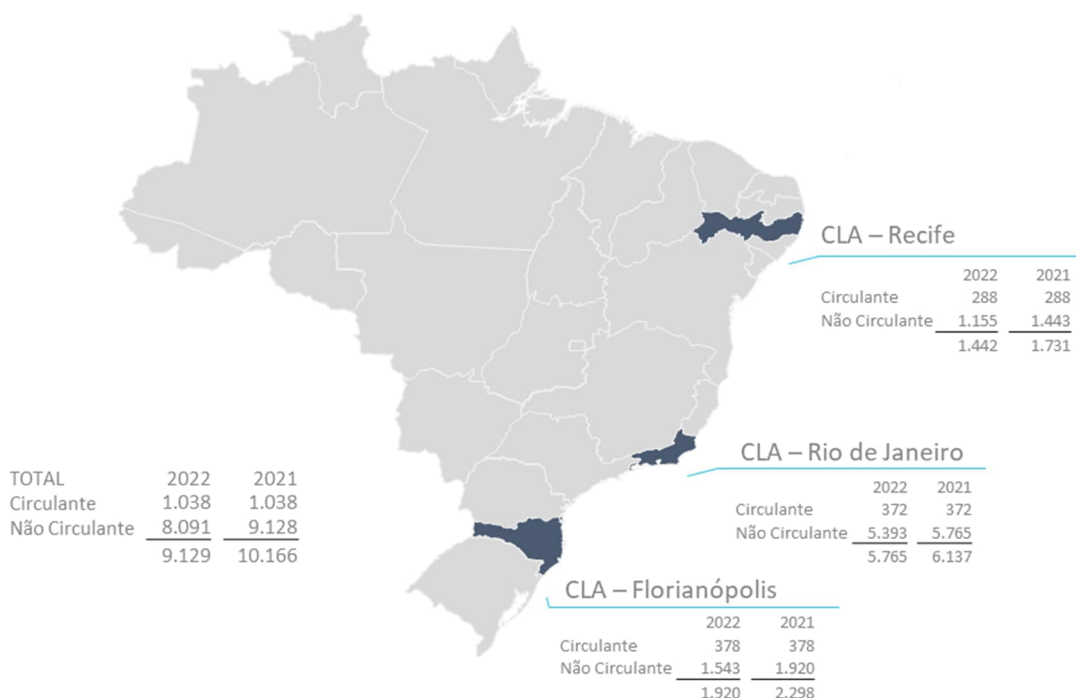
Esses contratos, em atendimento a legislação societária e em decorrência das próprias características negociais associadas aos pagamentos, produzem impactos nas demonstrações do ONS.

11. Ativos e passivos de arrendamento--Continuação

11.2 Contratos de Locação Atípica (CLA) - Adiantamento a fornecedores--Continuação

Os Contratos de Locação Atípica ("CLA") e seus aditivos firmados pelo ONS com os empreendedores referentes as instalações do Rio de Janeiro, Recife e Florianópolis, preveem, além das parcelas mensais de aluguel a partir da conclusão dos imóveis, pagamento de parcelas intermediárias em datas definidas.

Todas as parcelas intermediárias estipuladas nos contratos de locação já foram integralmente liquidadas pelo ONS nas datas contratuais estabelecidas, sendo seus correspondentes valores apropriados no resultado mensalmente durante o período de vigência dos contratos.



Conforme expediente prático utilizado na adoção do CPC 06 (R2) de exclusão dos custos diretos iniciais, as parcelas intermediárias pagas aos empreendedores das três localidades, que serão apropriadas ao resultado até o término dos contratos, mantiveram-se classificadas em adiantamento a fornecedores e estão representadas a seguir:

Movimentação ativo circulante	2022	2021
Saldo em 1º janeiro	1.038	1.059
Apropriação despesa	(1.038)	(1.059)
Transferência não circulante	1.038	1.038
Saldos líquidos no final exercício	1.038	1.038

Movimentação ativo não circulante	2022	2021
Saldo em 1º janeiro	9.128	10.166
Transferência circulante	(1.038)	(1.038)
Saldos líquidos no final exercício	8.090	9.128

Saldos reconhecidos na demonstração do resultado	2022	2021
Apropriação despesa	(1.038)	(1.038)
Saldos	(1.038)	(1.038)

12. Intangível

	Taxa anual de amortização	2022	2021
Em serviço			
Software		222.611	195.629
Amortização	20%	(182.930)	(172.743)
		<u>39.681</u>	<u>22.886</u>
Em curso			
Intangível em curso		34.722	42.760
		<u>74.403</u>	<u>65.646</u>

O ONS possui sistemas em desenvolvimento que visam o aprimoramento de suas atividades de coordenação, controle e planejamento de Operação do SIN. Esses sistemas possuem previsão de encerramento em até 5 anos, para posterior entrada em produção. A composição do intangível em curso é demonstrado a seguir:

Intangível em curso	2022	2021
Desenvolvimento do Sistema SAAT	11.573	7.140
Desenvolvimento do Sistema SAGER	9.364	6.431
Evolução do EMS (Energy Management System)	2.083	-
Sistema SGI Integração	1.956	489
Sistema Gestão da Informação e Documentos Solução ECM/PR	1.427	1.427
Sistema de Ger. dos dados Hidráulicos, Hidrológicos e Hidroenergéticos (SGHidro)	1.374	976
Sistema de Gestão de Intervenções da Operação SGI - OP	1.355	601
Gestão de Conteúdo do MPO Fase 2	857	575
Programação Diária do Futuro	512	-
Evolução das Capacidades Digitais	407	-
Plataforma Estudos Energéticos - PLANES	271	-
Rede de Gerenciamento de Energia - REGER ciclo 2	62	-
Evolução das Capacidades de Segurança Cibernética	27	-
Projeto Base de Dados das Instalações de Transmissão - BDIT	-	7.929
Desenv. do Sist. de Gestão da Program. Diária Eletroenergética do SIN - SGPDES	-	6.629
Desenvolv. do Projeto de Geração de Cenários de Vazões - PGCV	-	4.001
Desenvolvimento do Montador DESSEM	-	2.179
Sistema de Modernização do CFTV	-	227
Softwares diversos	3.454	4.156
	<u>34.722</u>	<u>42.760</u>

12. Intangível--Continuação

A movimentação do ativo intangível pode ser demonstrada da seguinte forma:

	2021	Adições	Transferências	Transferências do intangível para o imobilizado	2022
Em serviço					
Custo					
Operação	154.797	-	26.791	126	181.714
Administração	40.832	-	65	-	40.897
	195.629	-	26.856	126	222.611
Amortização					
Operação	(133.477)	(9.409)	-	-	(142.886)
Administração	(39.266)	(778)	-	-	(40.044)
	(172.743)	(10.187)	-	-	(182.930)
Em curso					
Operação	40.949	19.450	(26.615)	(222)	33.562
Administração	1.811	236	(241)	(646)	1.160
	42.760	19.686	(26.856)	(868)	34.722
	65.646	9.499	-	(742)	74.403

	2020	Adições	Transferências	2021
Em serviço				
Custo				
Operação	144.627	-	10.170	154.797
Administração	40.186	-	646	40.832
	184.813	-	10.816	195.629
Amortização				
Operação	(123.293)	(10.184)	-	(133.477)
Administração	(38.146)	(1.120)	-	(39.266)
	(161.439)	(11.304)	-	(172.743)
Em curso				
Operação	28.408	22.711	(10.170)	40.949
Administração	607	1.850	(646)	1.811
	29.015	24.561	(10.816)	42.760
	52.389	13.257	-	65.646

13. Salários e encargos sociais

Natureza de salários e encargos	2022	2021
Salários	79	60
IRRF sobre folha	9.440	8.244
INSS	5.723	5.299
FGTS	2.069	1.884
Previdência Privada	2.605	2.376
Contribuição sindical	11	13
	19.927	17.876

14. Tributos e contribuições sociais

Natureza de tributos e contribuições sociais	2022	2021
Retenção (fornecedores)		
IRRF retido na fonte sobre serviços	178	263
CSLL, PIS e COFINS retidos na fonte sobre serviços	886	1.324
CIDE	11	90
	1.075	1.677
Encargos s/ Receita		
PIS	1.180	1.186
COFINS	5.438	5.465
ISS	3.553	3.559
	10.171	10.210
	11.246	11.887

15. Plano de previdência complementar

O ONS atua como patrocinador do plano de previdência privada oferecido aos seus empregados, o qual é administrado pela Fundação Eletrobrás de Seguridade Social ("ELETROS").

O plano de previdência privada é na modalidade de contribuição variável. Nesta modalidade, durante a fase de acumulação, o plano é na modalidade de contribuição definida. No entanto, na fase de pagamento de benefícios, por oferecer, como opção, um benefício na forma de renda vitalícia, apresenta características de benefício definido. Adicionalmente, o plano de previdência privada também oferece benefícios de pecúlio por invalidez ou morte para os participantes ativos e assistidos.

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação dos benefícios descritos acima são: taxa de desconto, aumento salarial esperado e mortalidade.

15. Plano de previdência complementar--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 considerando o valor presente das obrigações atuariais descritas acima e o valor justo dos ativos do plano, não existem elementos, baseados nas características do plano e nas obrigações com seus funcionários, que indiquem a necessidade do reconhecimento de um ativo ou passivo atuarial.

Contribuições patronais:

O ONS efetua o pagamento das contribuições de forma contratual. O ONS não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o ONS contribuiu com o valor de R\$14.574 (R\$13.354 em 2021), o qual se encontra registrado na rubrica de despesas de pessoal, na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo das obrigações em aberto, referente às contribuições sobre a remuneração do mês de dezembro e sobre o 13º salário totalizou R\$2.380 (R\$2.156 em 2021).

A ELETROS também administra a complementação do auxílio-doença, no qual o custeio é exclusivo do ONS. A contribuição mensal corresponde a 0,25% da folha líquida mensal, conforme definido pela ELETROS. O benefício relativo ao auxílio-doença não traz risco atuarial para o ONS.

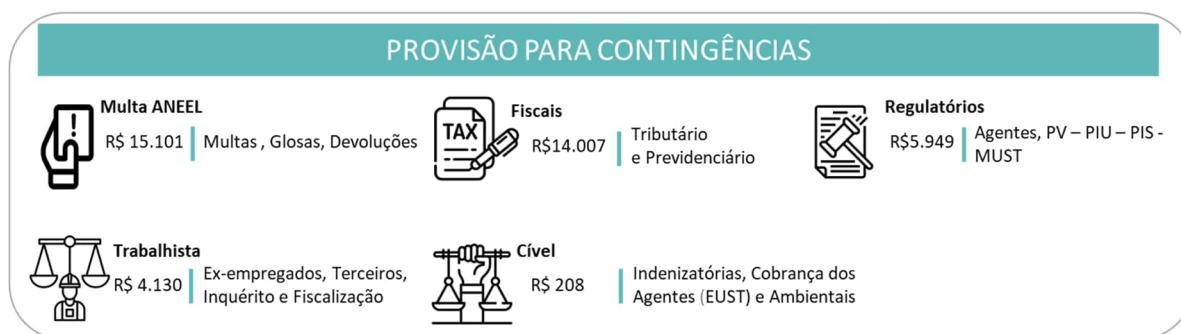
16. Obrigações trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2022, a Provisão do Programa de Participação nos Resultados e Performance Organizacional, composta de até duas remunerações mediante o atingimento das metas estabelecidas e aprovadas pelo Conselho de Administração e ANEEL, foi apurada no percentual de 99,14% para Empregados e Diretores. O pagamento da PPR 2022 foi realizado em janeiro 2023.

Natureza de obrigações trabalhistas	2022	2021
Provisão de férias	30.915	28.044
Encargos sociais	10.761	9.785
Programa de Participação Resultados - PPR e Performance Organizacional - PO	30.432	26.626
	72.108	64.455
Adiantamento de férias (ativo circulante)	(2.154)	(2.419)
	69.954	62.036

17. Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

Em 31 de dezembro de 2022, a provisão para contingências estava composta da seguinte forma:



Multa ANEEL

O ONS mantém provisão em relação às multas emitidas pela ANEEL. A principal está relacionada à ocorrência no Estado do Amapá em novembro de 2020, em que um incêndio na subestação de Macapá danificou os transformadores ocasionando um blecaute na grande maioria dos municípios do Amapá. O ONS recebeu um auto de infração. Devido ao processo transitar na esfera administrativa, o prognóstico de perda em atendimento aos normativos internos do ONS, foi classificado como perda provável em 2022, sendo constituída a provisão no valor de R\$6.623 (R\$5.841 em 2021). O valor total das contingências em 31 de dezembro de 2022 monta a quantia de R\$15.101 (R\$13.618 em 2021).

Fiscais

O ONS mantém provisão de natureza fiscal referente ao auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, por meio do qual enquadrado o ONS no CNAE 7112 (serviços de engenharia) desconsiderando o CNAE 9411 (atividades de organizações associativas patronais e empresariais), implicando em cobrança de diferenças da contribuição ao Risco Ambiental do Trabalho – RAT do período de 01.2014 a 12.2017. O ONS interpôs recurso voluntário junto ao CARF. O valor da contingência em 31 de dezembro de 2022 é de R\$11.765 (R\$13.188 em 2021). Adicionalmente, o ONS mantém provisão referente a não homologação, pela Receita Federal do Brasil e União, de compensação de impostos e contribuições sociais com créditos tributários cujo montante em 31 de dezembro de 2022 é de R\$2.052 (R\$2.087 em 2021). O valor total das contingências em 31 de dezembro de 2022 monta a quantia de R\$14.007 (R\$15.275 em 2021).

17. Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios--Continuação

Regulatórios

O ONS mantém provisão para ações de natureza regulatória, na sua maioria trata-se de honorários advocatícios de sucumbência decorrentes de ações judiciais, propostas contra o ONS, para discutir a aplicação de PVI, PVA ou a suspensão de encargos setoriais decorrentes do CUST. Na opinião de seus advogados, possuem prognóstico provável de perda e estimam em 31 de dezembro de 2022 o total de R\$5.949 (R\$5.539 em 2021).

Trabalhistas

O ONS mantém provisão para ações de natureza trabalhista que questionam, entre outros: equiparação salarial, reconhecimento de vínculo empregatício, pagamento de horas extras e intrajornada, que na opinião de seus advogados, possuem prognóstico provável de perda e estimam em 31 de dezembro de 2022 o total de R\$4.130 (R\$5.577 em 2021) correspondente à provável perda referente à tais contingências.

Cível

No que diz respeito à provisão para ações de natureza cível, em que pese o recebimento de aproximadamente 5 mil novas ações decorrentes da ocorrência no Estado do Amapá em novembro de 2020, considerando a inexistência de condenação de natureza pecuniária do ONS, a Entidade mantém provisão no montante de R\$208 (R\$192 em 2021), que na opinião de seus advogados, possuem prognóstico provável de perda.

A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios pode ser demonstrada da seguinte forma:

Natureza	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Reclassificação	Reversão	Atualização	Pagamentos	Saldo em 31/12/2022
Multa ANEEL	13.618	-	-	-	1.483	-	15.101
Regulatórios	5.538	11	-	(1)	401	-	5.949
Fiscais	15.275	50	-	(1.772)	454	-	14.007
Trabalhistas	5.577	23	-	(75)	734	(2.129)	4.130
Cíveis	9	-	188	-	11	-	208
Ambientais	183	-	(188)	-	5	-	-
Saldos	40.200	84	-	(1.848)	3.088	(2.129)	39.395

Passivo contingente avaliado como perda possível

Além das contingências descritas anteriormente, existem ações, que no entendimento da Administração do ONS, amparada na avaliação de seus consultores jurídicos, possui probabilidade de perda possível, cujas principais estão descritas a seguir:

Risco de natureza regulatória

Importa destacar, ainda, que o ONS figura no polo passivo de 13 processos judiciais de natureza regulatória cujo risco total envolvido é de R\$17.168, sendo este montante composto parcialmente por ônus de caráter sucumbencial e parcialmente pelo valor correspondente a ação anulatória nº 1085184-86.2021.4.01.3400, ajuizada pelo ONS, em face da ANEEL, em que se discute a validade da decisão proferida pela ANEEL que determinou que o valor de R\$9.386 seja coberto por contribuição associativa extraordinária e incluso no orçamento econômico do ONS. Em 31 de dezembro de 2022, o montante atualizado é de R\$10.033 (R\$9.386 em 2021).

17. Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios--Continuação

Risco de natureza fiscal

Em 29 de abril de 2015, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração com objetivo de consubstanciar a cobrança de diferença de recolhimentos a título de RAT, do período de 12/2012 e 11/2013.

O ONS apresentou impugnação ao referido auto de infração, todavia, a decisão proferida pela DRF pelo não conhecimento da impugnação do ONS. Contra essa decisão foi apresentado recurso voluntário ao CARF, o qual ainda se encontra pendente de julgamento.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor estimado atualizado é de R\$545 (R\$827 em 2021).

Risco de natureza trabalhista

Destacamos que o ONS foi condenado de forma subsidiária em 1 (uma) reclamação trabalhista movida por um empregado de empresa terceirizada. Dessa forma, considerando a possibilidade de o ONS vir a ser intimado para arcar com a condenação em caso de impossibilidade da 1ª Reclamada, de forma conservadora, avaliamos o risco como possível.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor estimado do processo é R\$324 (R\$290 em 2021).

18. Receita líquida

As receitas do ONS são diretamente associadas aos valores orçados e aprovados, em última instância, pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Importante destacar, que conforme disposto na Resolução Normativa 1.017/2022, no Art 7º, §3º, "O ONS poderá modular mensalmente a receita proveniente da TUST ao dispêndio mensal respeitado o valor definido para o ciclo tarifário da TUST".

Descrição	2022	2021
Natureza da receita		
Receita de contribuições de terceiros	715.000	661.000
Contribuição dos membros associados (Nota7)	28.619	31.579
	<u>743.619</u>	<u>692.579</u>
Deduções da receita		
PIS	(12.297)	(11.455)
COFINS	(56.678)	(52.781)
ISS	(35.750)	(33.050)
	<u>(104.725)</u>	<u>(97.286)</u>
Receita líquida	638.894	595.293

19. Despesas de operação do sistema

As demonstrações do resultado do ONS são apresentadas por função. Os gastos são demonstrados a seguir por natureza.



19.1. Pessoal

O gasto total com pessoal em 2022 foi de R\$367.928 (R\$344.044 em 2021).

O ONS, além do salário base e dos respectivos encargos legais, pratica benefícios associados a retenção de pessoal, tais como plano de saúde e dentário, ticket refeição e previdência privada.

Em 2022, o ONS teve 69 desligamentos. Em 2021, 31 empregados foram desligados em decorrência do Programa de Transição Profissional (PTP). Esse programa teve como principal objetivo proporcionar a sucessão e a gestão do conhecimento de forma organizada, sustentada e programada. O impacto desse processo é observado nas rubricas rescisórias, conforme quadro a seguir:

19. Despesas de operação do sistema--Continuação

19.1. Pessoal--Continuação

Natureza das despesas de pessoal	2022	2021
Remuneração fixa	166.134	151.429
Salário base, trainee, menor aprendiz, horas extras, adicionais, sobreaviso	166.134	151.429
Encargos sociais	59.268	53.818
Indenizações rescisórias	2.664	9.324
Benefícios sociais	48.574	47.385
Previdência privada	16.285	17.009
Plano de saúde	11.643	11.759
Outros benefícios sociais	20.646	18.617
Provisões trabalhistas	56.611	52.061
Provisão de Férias	16.081	15.019
Gratificação de Férias	10.715	9.999
Provisão 13º Salário	15.907	14.569
Encargos Sociais sobre Provisionamento	13.908	12.474
Remuneração variável	34.677	30.027
Performance organizacional	26.628	23.117
ATS - adicional por tempo de serviço	4.267	4.351
Outros	3.782	2.559
Pessoal	367.928	344.044

20. Resultado financeiro

Natureza de outras despesas	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.101	830
Instrumentos financeiros derivativos	403	522
Encargos sobre faturas em atraso	364	486
Variação monetária	1.377	483
Outras receitas financeiras	110	89
	4.355	2.410
Despesas financeiras		
Juros sobre os arrendamentos	(23.828)	(19.884)
Juros sobre atraso	(1)	(286)
IOF sobre aplicação financeira	(276)	(114)
Multas dedutíveis	-	(75)
Tarifa bancária	(57)	(53)
Instrumentos financeiros derivativos	(281)	(35)
Multas indedutíveis	(32)	(32)
Custas cartoriais para empréstimo	(40)	-
Outras despesas financeiras	(193)	-
	(24.708)	(20.479)
Resultado financeiro	(20.353)	(18.069)

21. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social	2022	2021
Superávit antes do imposto de renda e da contribuição social	7.922	25.091
Diferenças permanentes		
Perdas permanentes	7.396	816
Perda temporária com efeito de permanente	1.483	780
Incentivos fiscais	355	191
Doações	531	160
Superávit (déficit) ajustado antes do imposto de renda e da contribuição social	17.687	27.038
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	6.014	9.193
PAT - Programa de Apoio ao Trabalhador	(118)	(233)
Programa Empresa Cidadã	(355)	(191)
Reversão de créditos do regime tributário de transição	2.289	-
Outros	150	(24)
Imposto de renda e contribuição social registrados no resultado	7.980	8.745
Imposto de renda e contribuição social corrente	(8.641)	(12.764)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	661	4.019

22. Seguros

De acordo com o estatuto social, o ONS não dispõe de ativos de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica.

Objetivando proteger e minimizar riscos dos seus investimentos nos ativos de sua propriedade, o ONS contrata anualmente uma apólice de seguro compreensivo empresarial ou seguro multirisco patrimonial.

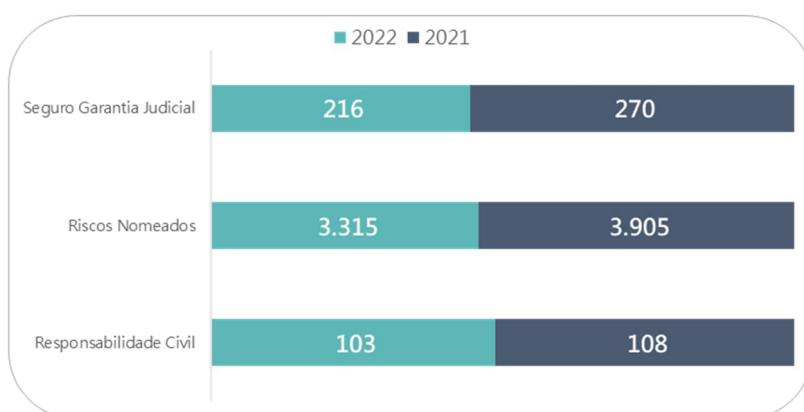
A vantagem dessa modalidade de seguro é ter uma apólice com vários locais de risco e valores diferenciados e ainda, a possibilidade de contratação com Limite Máximo Indenizável Único.

Os ativos segurados, nessa apólice, compreendem o imóvel ocupado pelo Centro Nacional de Operação do Sistema ("CNOS"), equipamentos de informática, equipamentos de telecomunicações, equipamentos de infraestrutura, móveis e utensílios dos centros regionais de operação e escritório central.

Devido às obrigações contratuais assinadas nos Contratos de Locação Atípica de Bem Imóvel do Rio de Janeiro, Recife e Florianópolis (Nota 11), é de responsabilidade do ONS a contratação do seguro referente ao valor das edificações durante a vigência dos contratos, mantendo a locadora como principal beneficiária.

22. Seguros--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022, o valor total declarado é de R\$602.028 (R\$494.800 em 2021) na modalidade de contratação correspondente ao Limite Máximo de Indenização (LMI), que considera como maior risco o valor de R\$385.478, tendo como base o prédio do Rio de Janeiro (R\$308.365 em 2021). Em caso de sinistro pela cobertura básica (incêndio/queda de raio/explosão), todos os locais estarão cobertos até o limite. A vigência da apólice atual é 31 de março de 2023.



Além da apólice de Multirisco Patrimonial informada, o ONS contrata também Seguros de Responsabilidade Civil para administradores e terceiros e garantia judicial. Em todas as contratações de seguro o ONS busca assegurar coberturas que minimizem eventuais riscos decorrentes de sinistros ou de danos involuntários causados a terceiros.

23. Remuneração dos administradores

A remuneração total dos administradores, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$10.590 (R\$9.907 em 2021).

24. Despesas antecipadas

As aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte são classificadas como despesa antecipada, de modo a representar as saídas de caixa sem haver a ocorrência imediata da despesa. Dessa forma, o pagamento antecipado é registrado como um direito que será transferido para o resultado gradativamente conforme a utilização do serviço pago antecipadamente.

No ONS suas despesas antecipadas são representadas por licenças, garantias, prêmio de seguros, cursos, anuidades, consultoria técnica e assinaturas, no qual são apropriados mensalmente suas despesas de acordo com o regime de competência dentro do período de vigência.

O valor de R\$21.622 (R\$16.164 em 2021), apresentados no ativo circulante corresponde aos valores de serviços que em até 12 meses serão usufruídos pelo ONS e reconhecidos em sua despesa. Além disso, o valor de R\$24.256 (R\$14.051 em 2021) possui expectativa de reconhecimento integral de suas despesas em prazo superior a 12 meses.

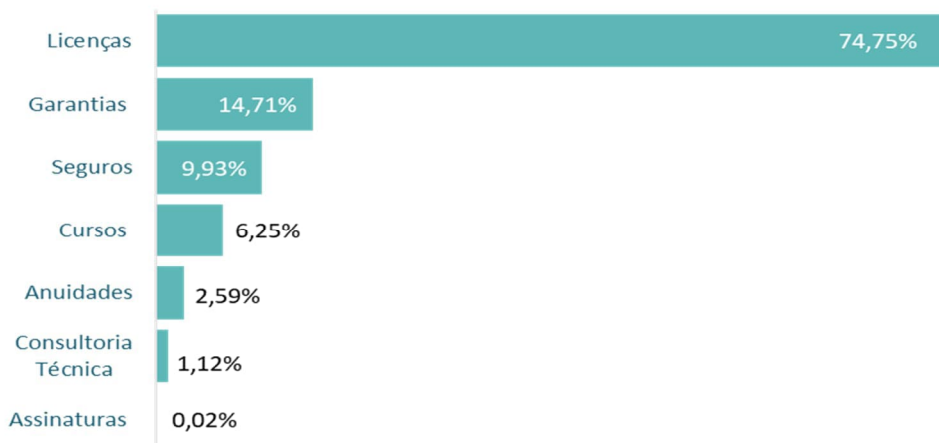
A composição das despesas antecipadas está representada na tabela a seguir:

Descrição	2022	2021
Circulante		
Licenças	17.187	12.527
Garantias	2.435	2.236
Cursos	244	219
Assinaturas	46	40
Seguros	1.187	1.132
Anuidades	10	10
Consultoria técnica	513	-
	21.622	16.164
Não circulante		
Licenças	17.110	6.130
Garantias	4.312	4.723
Cursos	13	47
Seguros	2.821	3.151
	24.256	14.051
Despesas antecipadas	45.878	30.215

O ONS realizou em 2022, importantes renovações de licenças de softwares para sua operação de modo a destacar a solução de firewall de nova geração Palo Alto, licença Citrix e licenças IBM. Essas licenças foram renovadas para um período superior a 24 meses, de tal maneira que possuíram grande representatividade nos valores de licenças no curto prazo R\$17.187 (R\$12.527 em 2021), assim como no realizável a longo prazo no valor de R\$17.110 (R\$6.130 em 2021).

24. Despesas antecipadas --Continuação

Ademais, o ONS contratou exclusivamente em 2022 uma consultoria técnica de forma antecipada com contrato anual a fim de manter o fornecimento de dados meteorológicos, totalizando o valor de R\$513 (R\$0 em 2021).



Este documento foi assinado digitalmente por Christiano Vieira Da Silva, Luiz Carlos Ciochi, Alexandre Nunes Zucarato, Elisa Bastos Silva, Marcelo Prais, William Manoel Souza e Marcio Kennedy De Almeida. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portalassinaturas.ons.org.br> e utilize o código C5EC-2AFA-6073-1B0D.

25. Instrumentos financeiros

O ONS efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas.

Os principais passivos financeiros do ONS referem-se às obrigações com fornecedores e obrigações trabalhistas. Os principais ativos financeiros do ONS consistem em caixa e equivalentes de caixa, recursos encargos do uso do sistema de transmissão, contribuição dos membros associados e outras contas a receber, que resultam diretamente de suas operações.

O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, recursos encargos do uso do sistema de transmissão, contribuição dos membros associados, outras contas a receber e obrigações com fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido à natureza e ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Um dos fatores de risco que afeta o negócio do ONS se refere ao risco de crédito atrelado às disponibilidades e às contas a receber, de uma forma geral. Todas as operações do ONS são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. Quanto às contas a receber, de uma forma geral, por serem mantidas com empresas de reputação do segmento de energia, regulamentadas pela ANEEL e com aplicação de penalidades e instrumentos de garantia para casos de inadimplência, a Administração do ONS não entende que enfrente dificuldades de realização desses créditos.

Em 2022, diante do cenário econômico analisado, o ONS manteve a contratação de operação de *hedge* cambial com o objetivo de evitar o possível impacto da variação do dólar/euro/libra em pagamentos contratuais, sendo considerado também como fator de risco.

Tal contratação foi estabelecida em consonância e aderência ao que estipula em sua Política Organizacional relacionada à Gestão de Riscos e Controles Internos – POL.GRC Versão 2.0, no item 2 Diretrizes, Subitem 2.14, conforme destacado abaixo:

“Assegurar que a operação de hedge cambial seja utilizada como ferramenta de gestão visando a avaliação e monitoramento do risco de mercado, garantindo previsibilidade ao fluxo de caixa e orçamento do ONS, e esteja alinhada com os objetivos estratégicos da organização.”

25. Instrumentos financeiros--Continuação

25.1 Hedge de fluxo de caixa

Mediante deliberação do Conselho de Administração, o ONS realiza estudos de aspectos econômicos, bem como cotação de taxas para a contratação de operação de *hedge* cambial em instituição financeira, buscando proteção contra as possíveis variações que poderiam ocorrer no fluxo de caixa, relacionadas aos passivos ou ativos reconhecidos, compromissos firmes ou transações com alta probabilidade de ocorrência, e previstas.

Seguindo o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a metodologia aplicada pelo ONS levou em consideração aspectos financeiros reconhecidos como o objeto da operação, o compromisso firme de liquidação e o fluxo de caixa altamente previsto. Além disso, foi realizado um contrato a termo firmado diretamente com o banco.

Para realizar a contabilização da operação do *hedge*, o ONS utilizou o critério contábil de *hedge accounting* que permitiu relacionar o instrumento de *hedge* com o item protegido, refletindo de maneira mais precisa o regime de competência.

O valor justo do instrumento derivativo de *hedge* de fluxo de caixa é R\$(309) (R\$1.864 em 2021), registrado em outros resultados abrangentes, conforme abaixo:

Descrição	2023	2024	2025	Total
Valor justo do instrumento derivativo de hedge	(173)	(129)	(7)	(309)

Em 31 de dezembro de 2022, o valor de R\$122 foi reclassificado de outros resultados abrangentes para o resultado (Vide Nota 20).

25.1.1 Contrato operação de hedge I

Diante da necessidade de dispor de um sistema único que reduzisse os riscos de contingenciamento e os custos de operação e manutenção dos sistemas de supervisão e controle dos seus Centros de Operação, o ONS especificou e implantou um sistema integrado e distribuído, com capacidade para oferecer unicidade de informações em um ambiente de alta disponibilidade e flexível para permitir sua evolução constante, denominado Rede de Gerenciamento de Energia – REGER.

Uma das ferramentas computacionais que compõe o REGER é o software *Plant Information* – PI, fornecido pela empresa Osisoft LL. Sua primeira contratação anual foi realizada em 2009.

A partir disso, foram realizados dois aditivos para renovação de licenciamento de uso anual, objetivando a prorrogação de prazo de vigência do contrato por mais 05 (cinco) anos contados do seu término em 31/12/2019, passando o seu término para 31/12/2024.

25. Instrumentos financeiros--Continuação

25.1 Hedge de fluxo de caixa--Continuação

25.1.1 Contrato Operação de Hedge I--Continuação

Seguem informações acerca do contrato de operação de hedge I:

	2021	2022	2023	2024	Total
Compromissos futuros já contratados em US\$	828	828	828	828	3.312
Taxa do banco	4,8	5,0107	5,2977	5,635	-
Valor em Reais	3.975	4.149	4.388	4.667	17.179

Aditivos para renovação de licença até 2024:

	2022	2023	2024	Total
Compromissos futuros já contratados em US\$	467	78	78	623
Taxa do banco	5,7054	6,5113	7,2746	-
Valor em Reais	2.664	508	567	3.739

Em 2022, foi registrado no resultado do exercício, na rubrica "receitas financeiras" (Vide Nota 20) o valor de R\$403 (R\$522 em 2021) decorrente de variação ativa do contrato de operação de hedge I.

25.1.2 Contrato operação de hedge II

O ONS desenvolveu um modelo próprio de previsão de geração eólica que, utilizando-se de três previsões de vento de fornecedores diferentes (GFS, CPTEC e ECMWF), produz três previsões de geração eólica (em MW). A partir da combinação destas três previsões, gera mais uma previsão para utilização no Programa Diário de Produção. Estas quatro previsões, alimentam o Sistema IDPG (Integração de Dados de Previsão de Geração, desenvolvido em conjunto com a PDT e OSD), que é utilizado nas Salas de Controle do ONS.

Além destas quatro previsões, a sala de controle recebe no IDPG mais duas previsões de um fornecedor externo, a Meteorológica S.A., que utiliza como insumo diversos modelos de previsão de vento e metodologia própria.

Seguem informações acerca do contrato de operação de hedge II:

	2022	2023	2023	2024	Total
Compromissos futuros já contratados em Euros	26	104	104	78	312
Média taxa anual do banco	5,3000	5,7500	6,3846	6,9487	-
Valor em Reais	138	598	664	542	1.942

Em 2022, foi registrado no resultado do exercício, na rubrica "despesas financeiras" (Vide Nota 20) o valor de R\$281 (R\$35 em 2021) decorrente de variação passiva do contrato de operação de hedge II.

25. Instrumentos financeiros--Continuação

25.1 Hedge de fluxo de caixa--Continuação

25.1.3 Contrato operação de hedge III

A contratação da empresa *Grid Solutions* tem o objetivo de prestação dos serviços de análise do comportamento dinâmico do SIN, possibilitando a avaliação da origem e das causas de distúrbios eletromecânicos e a obtenção de subsídios para possíveis reajustes das proteções de caráter sistêmico, de medidas operativas e dos Sistemas Especiais de Proteção – SEPs, além de disponibilizar ferramentas específicas para apoio à tomada de decisão pelas equipes de Operação em Tempo Real e disponibilizar fasores decimados (amostras de 1 fasor por segundo) ao sistema SCADA/EMS (*Supervisory Control and Data Acquisition/Energy Management System*) do ONS (Sage).

Seguem informações acerca do contrato de operação de hedge III:

	2022	2023	2024	Total
Compromissos futuros já contratados em US\$	30	30	12	72
Média taxa anual do banco	6,0667	6,8667	7,7500	-
Valor em Reais	182	206	93	481

	2022	2023	2024	Total
Compromissos futuros já contratados em Euros	23	23	9	55
Média taxa anual do banco	8,0870	9,1739	10,4444	-
Valor em Reais	186	211	94	491

Em 2022, foram observadas a manutenção da relação econômica entre o instrumento e objeto de hedge. Cabe mencionar que para a referida data base, não houve reclassificações da reserva de hedge para o resultado, referente ao contrato de operação de hedge III.

25. Instrumentos financeiros--Continuação

25.2 Instrumentos financeiros por categoria

A Entidade efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos principais ativos e passivos financeiros da Entidade em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	2022		2021		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativo						
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	33.737	33.737	36.542	36.542
Recursos de encargos de uso do sistema de transmissão	Custo amortizado	-	66.364	66.364	65.933	65.933
Contribuição dos membros associados	Custo amortizado	-	600	600	86	86
Instrumentos financeiros derivativos - hedge	Valor justo por meio do resultado abrangente	-	-	-	1.864	1.864
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	-	24.735	24.735	32.402	32.402
Arrendamentos	Custo amortizado	-	420.629	420.629	390.875	390.875
Instrumentos financeiros derivativos - hedge	Valor justo por meio do resultado abrangente	-	309	309	-	-

As políticas de gerenciamento de risco do ONS são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Entidade está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos.

O ONS, através de seus procedimentos de gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

25.3 Risco de mercado

Risco de taxa de juros

O ONS está exposto à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), contudo todas as operações do ONS são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

Abaixo apresentamos a análise de sensibilidade dos juros sobre os equivalentes de caixa, utilizando as projeções do CDI para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Santander. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 e 3 correspondem a uma alteração de +/- 50 pontos-base nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Operação	Risco	Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II -5%	Cenário III +5%
Ativo					
Aplicações financeiras	CDI	33.737	38.318	38.150	38.487
Efeito líquido			4.581	4.413	4.750
CDI (a.a.)			13,58%	13,08%	14,08%

LUIZ CARLOS CIOCCHI
Diretor-Geral

ALEXANDRE NUNES ZUCARATO
Diretor de Planejamento

ELISA BASTOS SILVA
Diretor de Assuntos Corporativos

MARCELO PRAIS
Diretor de TI, Relacionamento com Agentes
e Assuntos Regulatórios

CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA
Diretor de Operação

MARCIO KENNEDY DE ALMEIDA
Gerente Executivo Financeiro

WILLIAM MANOEL SOUZA
Gerente de Controladoria
Contador responsável
CRC RJ-130165/O

Este documento foi assinado digitalmente por Christiano Vieira Da Silva, Luiz Carlos Ciochi, Alexandre Nunes Zucarato, Elisa Bastos Silva, Marcelo Prais, William Manoel Souza e Marcio Kennedy De Almeida.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portalassinaturas.ons.org.br> e utilize o código C5EC-2AFA-6073-1B0D.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas ONS. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://portalassinaturas.ons.org.br/Verificar/C5EC-2AFA-6073-1B0D> ou vá até o site <https://portalassinaturas.ons.org.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: C5EC-2AFA-6073-1B0D



Hash do Documento

7A12DB4F57A452AD514EEDBCC363B504EC8FB6A92D11D02B2A52943C6D584427

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 09/03/2023 é(são) :

- Christiano Vieira Da Silva - 866.429.794-00 em 09/03/2023 15:47 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- Luiz Carlos Ciocchi - 374.232.237-00 em 09/03/2023 15:42 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- Alexandre Nunes Zucarato - 268.834.788-84 em 09/03/2023 15:41 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- Elisa Bastos Silva - 990.765.601-10 em 09/03/2023 15:36 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- Marcelo Prais - 810.878.377-15 em 09/03/2023 15:34 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- William Manoel Souza - 034.433.837-18 em 09/03/2023 15:30 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- Marcio Kennedy De Almeida - 692.064.306-53 em 09/03/2023 15:29 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital

